

Carta limita em 65% os gastos com servidores

BRASÍLIA — A União não poderá gastar mais de 65 por cento de seu orçamento com o pagamento de funcionários públicos. Este é um dispositivo que o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) deverá incluir no projeto de Constituição que apresentará amanhã. Os relatores adjuntos que colaboram com Cabral e ontem passaram o dia trabalhando no novo texto, na sede do Banco do Brasil, obtiveram consenso sobre este ponto. Um deles, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), explicou que, neste caso, os relatores adjuntos se limitaram a fundir as propostas e "enxugar" o texto.

Foi aprovada também a criação de uma comissão mista e permanente do Congresso Nacional para fiscalizar a execução de projetos que não tenham sido previstos quando da aprovação da proposta orçamentária do Poder Executivo. Com isso, segundo Fernando Henrique, fica proibida a contratação de qualquer obra não definida previamente. Se o dispositivo já estivesse em vigor, de acordo com o Senador, "não haveria o caso da Ferrovia Norte-Sul".

O novo projeto reservará às Forças Armadas a missão de zelar pela segurança externa e manutenção da lei e da ordem constitucionais e seis artigos que se referiam à atividade policial foram reunidos num só. O projeto mantém as Polícia Militar, Civil e Federal e as Guardas Municipais e cada uma delas ficará inteiramente subordinada inteira e exclusivamente ao Poder Executivo a que estiver vinculada — seja Governo federal, estadual ou municipal. Nesse contexto, os militares continuariam subordinados ao Presidente da República que, como Chefe Supremo das forças Armadas, seria o único responsável por qualquer ação militar.

Foram mantidos, também, o Estado de Sítio e o Estado de Defesa. No entanto, a adoção de qualquer uma dessas medidas deverá ser comunicada imediatamente ao Congresso, que fiscalizará todas as ações policiais destinadas a manter a ordem pública. Durante o período em que as salvaguardas estiverem sendo exercidas, não poderá haver nenhuma alteração na Constituição.

Os relatores adjuntos pretendem terminar o seu trabalho ainda hoje, para que possa ser entregue amanhã a Ulysses e, depois, às lideranças partidárias. Ontem, Cabral não participou da reunião, mas é esperado hoje.

Ulysses comanda ofensiva contra a desintegração na Constituinte

BRASÍLIA — O risco de que o plenário da Constituinte se transforme em zona de batalha entre as facções políticas, fugindo ao controle das cúpulas partidárias, e produza, a partir daí, um texto inaplicável e a desintegração dos grandes partidos — especialmente do PMDB —, está gerando dentro da Assembléia o início efetivo de um processo de intervenção de comandos, com as negociações conduzidas pelas lideranças.

Atento, mas discreto, observador do processo de elaboração do primeiro anteprojeto de Constituição resultante do trabalho das subcomissões e comissões temáticas, o Deputado Ulysses Guimarães está na ofensiva agora: somando-se ao grupo de relatores adjuntos do Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), Ulysses começa a assumir a tarefa de coordenador do grande entendimento que espera obter na Constituinte, em tentativas que têm início marcado para o próximo dia 20.

Enquanto Ulysses Guimarães luta para que haja o máximo possível de entendimento, de forma a evitar que as divergências predominem ainda no período de trabalho da Comissão de Sistematização, o Governo aguarda o texto final do substitutivo do Relator Bernardo Cabral para avaliar com precisão a estratégia que irá adotar. Do ponto-de-vista formal, entretanto, o Presidente José Sarney tem colaborado com Ulysses, na medida em que atribui o desejo de rompimento da Aliança e de outros enfrentamentos a problemas circunstanciais e interesses exacerbados.

Trabalhando discretamente no aliciamiento de políticos do "Centro Democrático" para seu partido, o Senador Marco Maciel, Presidente do PFL, estimula o "racha" no PMDB, mas procura preservar, entre os partidos da Aliança, alguma margem de acordo na Constituinte, ao relegar a segundo plano as queixas de ambos os lados. Maciel tenta aproveitar, mas não acredita inteiramente, a exemplo do Presidente Sarney, na sinceridade dos que ameaçam romper definitivamente com seus partidos e com o Governo.

Na prática, um passo decisivo na busca do entendimento será dado na reunião de quinta-feira. O Deputado Ulysses Guimarães reunirá os líderes de todos os partidos para discuti-



Ulysses não quer ouvir falar em 'racha', seja no PMDB ou na Assembléia

rem o novo anteprojeto assinado por Bernardo Cabral.

No PMDB, este esforço não implica, contudo, alinhamento automático de Ulysses com o Governo quando terminarem os trabalhos da Constituinte. O Presidente do PMDB tem admitido, ultimamente, a necessidade de um levantamento da situação nacional para se ter uma medida da situação da Aliança Democrática.

De acordo com Ulysses, essa reavaliação deverá levar em conta "o que é a Constituição, o acolhimento que venha a ter, o regime de Governo e a duração do mandato, tudo o que vai influir fundamentalmente". De todas as manobras perceptíveis dos principais líderes da Aliança, uma os coloca na mesma trincheira de luta: evitar o rompimento durante a Constituinte, pelo desgaste que isso acarretaria a cada um deles.

Assim, as pressões que o Presidente do PMDB recebe, cada vez com mais frequência, de políticos do partido, em favor do rompimento, são anotadas, mas guardadas para utilização em época mais adequada. Isto é, quando a Constituição estiver promulgada, surgirá a oportunidade da pretendida acomodação de forças.

A perspectiva de preservação da Aliança Democrática até as próximas eleições presidenciais, receitada formalmente pelo Presidente Sarney e pelo Senador Marco Maciel, cada vez é vista com maior incredulidade por políticos do PMDB e do PFL.

— A Aliança vai se arrastar até o final da Constituinte. Depois disso, será muito difícil mantê-la — avalia o Senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), acrescentando que as disputas eleitorais nos municípios, no próximo ano, acentuarão as divergências entre o PMDB e o PFL.

Essa perspectiva dificulta, mas não chegará a comprometer — esperam lideranças dos dois partidos — um entendimento amplo para a elaboração da Carta. Já não é esperada uma Constituição de consenso, mas os políticos "de centro" do PMDB e do PFL acreditam que o futuro anteprojeto de Constituição chegue ao plenário com algumas questões cruciais decididas por maioria ampla.

Pelos cálculos predominantes na cúpula do PMDB e do PFL, essa maioria pode chegar a 350 ou mesmo 400 parlamentares não alinhados aos setores de direita ou esquerda inaccessíveis a qualquer negociação.

Foto de Gilberto Alves